



Mobilidade do trabalho no processo de verticalização residencial no bairro Gleba
Palhano em Londrina-PR

Artur Boligian Neto¹

Universidade Estadual de Londrina

arturboligian@gmail.com

INTRODUÇÃO

O setor da Construção Civil, produtora de espaço, necessita de uma disposição de variáveis para se efetivar suas ações no plano objetivo, concreto. Uma delas é a organização dos trabalhadores por meio da divisão técnica e social do trabalho no espaço. Quando a ação da construção civil está concretizada no espaço, as relações sociais que se efetivaram em seu processo de trabalho, tornam-se difíceis de perceber. O movimento do conteúdo que deu forma à aparência perde-se na percepção imediata daquele determinado objeto no espaço.

A construção civil tem sido contemplada com inúmeras medidas governamentais que a beneficiam do ponto de vista do estímulo das atividades produtivas, tendo como respaldo a manutenção e a expansão dos empregos. Em Londrina, nesse ramo da produção predomina o subsetor da construção de edifícios residenciais, que tem sido alvo de políticas públicas específicas. Indagamos: Quais os desdobramentos das políticas desenvolvidas para os trabalhadores desse subsetor? Quais as relações entre a mobilidade dos trabalhadores e o processo de produção da cidade por meio da construção de edifícios verticais em Londrina?

Sabe-se que a construção civil envolve trabalhadores com trajetórias no mundo do trabalho geograficamente distintas. Essas trajetórias, subordinadas à capitais e aos processos de produção heterogêneos, submetem a força de trabalho à uma lógica espacial de deslocamentos que, por sua vez, se combinam com a atuação em diversos setores de produção e de serviços. Essa combinação específica entre deslocamentos espaciais e deslocamentos entre diferentes ramos da divisão do trabalho que será

¹Graduando em licenciatura do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Esse trabalho, sob orientação do professor Dr. Edilson Luis Oliveira, é relativo ao projeto do CNPQ – “Expressões mediatas e imediatas das políticas públicas no território: estudo de caso”.

analisada na perspectiva do que Jean-Paul Gaudemar (1977) denomina “mobilidade do trabalho”.

O ponto de partida da pesquisa foi desvendar a paisagem marcante em um dos bairros de Londrina que apresenta um alto índice de valorização através do constante processo de verticalização, o bairro da Gleba Palhano (figura 1), tida no senso comum como área nobre da cidade. Tendo como foco ir além da paisagem e analisar as relações sócioespaciais que participam do processo de produção daquele espaço, em específico, busca-se compreender como o trabalhador se reproduz no próprio espaço por ele produzido, pois "se há uma produção da cidade, e de relações sociais na cidade, tal produção é, na verdade, produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos" (LEFEBVRE, 2013).



Figura 1: Bairro da Gleba Palhano, área “nobre” da cidade, à margem esquerda do lago igapó, localizado na região sudoeste da região metropolitana de Londrina. Fonte: Wilson Viera

OBJETIVOS

Ao buscar uma compreensão das dinâmicas sócioespaciais na produção do bairro da Gleba Palhano, tivemos como objetivos: apreender como os trabalhadores no ramo da construção de edifícios inserem-se no modo de vida urbano através do levantamento dos seus locais de trabalho e residência, caracterizando os deslocamentos dessa força de



trabalho do setor na tentativa de identificar quais tipos de migração que estão presentes entre esses trabalhadores e as relações entre essas migrações, deslocamentos espaciais, e a produção do meio construído da cidade de Londrina/PR.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico a respeito da mobilidade do trabalho e da produção do espaço urbano, elaboração de mapas, entrevistas nos canteiros de obras e análise do conteúdo das entrevistas a luz das reflexões teóricas sobre mobilidade do trabalho.

Mediante o exercício das entrevistas nos canteiros de obras com os operários, nos deparamos com os trabalhadores da construção civil que são intitulados como "trecheiros", ou seja, são aqueles trabalhadores que se deslocam entre diferentes regiões do país trabalhando no processo de produção da construção civil. Estes trabalhadores ficam em alojamentos providos pela empresa e localizados próximo às obras em que trabalham. Atualmente existem três alojamentos no bairro "Gleba Palhano" e as entrevistas analisadas nesse trabalho foram realizadas em apenas um deles. Desta forma, analisaremos e caracterizaremos os fluxos da força de trabalho dos trecheiros, em particular os trabalhadores de uma grande empresa da construção civil em Londrina, chamada Ayoshii Engenharia. Os dados apresentados foram originados de entrevistas com nove trabalhadores "trecheiros" que atuam² na construção residencial da Gleba Palhano como pedreiros.

RESULTADOS PRELIMINARES

A partir das entrevistas conseguimos identificar os locais de origem (residência) destes trabalhadores e os locais de trabalho nos quais já atuaram vendendo sua força de trabalho no setor da construção civil pelo Brasil (tabela 1).³

² Dois dos entrevistados foram demitidos no dia do trabalho de campo para a pesquisa.

³ Nas entrevistas, os trabalhadores declararam que retornam para sua cidade de origem (residência) a cada doze dias e que a jornada de trabalho deles consiste no trabalho de seis dias por semana, com folgas apenas nos domingos.

De acordo com o mapa de origens destes trabalhadores (figura 1), primeiramente conseguimos identificar que nenhum deles é residente da cidade na qual participam da produção. A maioria deles são do estado São Paulo das cidades de: Euclides da Cunha, Pereira Barreto e Rosana. Os trabalhadores que tem seu local de origem no estado do Paraná são de: Ponta Grossa, Nova América da Colina e Terra Rica. Observamos que os locais de residência dos trabalhadores são distantes da cidade de Londrina/PR onde trabalham. Então notamos que há primeiramente uma mobilidade espacial de deslocamento destes trabalhadores em busca de vender sua força de trabalho em diferentes lugares do país que divergem de suas cidades de origem.

Tabela 1 - Mobilidade do Trabalho dos "trecheiros"⁴

TRABALHADOR ⁵	CIDADE DE ORIGEM	ESTADOS AONDE JÁ TRABALHOU
W1 (51 anos)	Ponta Grossa – PR	Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Paraná (2)
A2 (58 anos)	Nova América da Colina, PR	São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná (2) e Minas Gerais
R3 (48 anos)	Euclides da Cunha, SP	São Paulo, Paraná
J4 (29 anos)	Euclides da Cunha, SP	São Paulo, Paraná (2) e Bahia
J5 (34 anos)	Terra Rica, PR	Rio Grande do Sul, Santa Catarina (2), Mato Grosso do Sul, São Paulo (4), Paraná
R6 (41 anos)	Pereira Barreto, SP	Mato Grosso do Sul, São Paulo (4), Paraná (3)
S7 (28 anos)	Euclides da Cunha, SP	Santa Catarina, São Paulo (3), Paraná
I8 (43 anos)	Rosana, SP	Minas Gerais (2), Goiás (2), Paraná, Mato Grosso do Sul, Roraima.
H9 (30 anos)	Pereira Barreto, SP	Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná

⁴ Na coluna "estados aonde já trabalhou", os números que estão em parênteses após alguns estados, representam o número de vezes em que o trabalhador já foi para aquele estado através do circuito do "trecho" da construção civil.

⁵ Os nomes dos entrevistados são meramente fictícios, a fim de preservar a identidade dos mesmos.

Fonte: BOLIGIAN NETO, A. Elaborado a partir das entrevistas realizadas em 14/04/16 em Londrina/PR

Esse exercício de venda da força de trabalho (enquanto mercadoria exclusiva do trabalhador) interpretada como "liberdade" positiva (GAUDEMAR, 1977, p.189), foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo, através da submissão da força de trabalho ao capital assumindo assim a forma-mercadoria, forma social dominante que sujeita o trabalhador em busca de inserção no mercado de trabalho, consumando assim sua mercadoria.

Figura 1 – Mapa dos municípios de origem dos trabalhadores entrevistados



Esta mercadoria particular do trabalhador, a força de trabalho, precisa ser livre em dois sentidos. A liberdade positiva, que diz respeito a força de trabalho sendo uma mercadoria pertencente ao trabalhador, um bem particular que pode utilizar a sua própria vontade. E, a liberdade negativa, que é aquela em que o trabalhador não tem diante de si outra hipótese, a não ser vender sua força de trabalho. Ou seja, o trabalhador



não tem mais nada para vender e na prática vende sua força de trabalho para sobreviver, ou não a vende, e morre (GAUDEMAR, 1977).

Essa liberdade positiva em que o trabalhador pode dispor livremente sua força de trabalho para o mercado de trabalho em outras localidades (se deslocando espacialmente) fora interpretada sob concepções burguesas que analisam essa liberdade como sendo uma "decisão pessoal" e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas (BECKER, 1997). No entanto, "interessa sublimar que, por detrás de um modelo que parece enfatizar a liberdade de escolha individual, o que temos é uma concepção de que a única vontade racional é a vontade do mercado (PÓVOA, 1997)".

Consideramos a mobilidade do trabalho como conceito chave para o entendimento desses deslocamentos espaciais em que se busca vender a sua força de trabalho. Segundo Jean Paul Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho pode ser interpretada como uma característica do trabalhador submetida ao modo de produção capitalista, ou seja, uma "mobilidade forçada" pelos diferentes tipos de capitais (em contraposição as interpretações burguesas). O capitalismo, através de seu processo de acumulação primitiva gera trabalhadores separados de seus meios de existência e cria a necessidade dos deslocamentos em busca de trabalho.

De acordo com essa teoria, a mobilidade do trabalho pode ser entendida como a mobilidade dos homens, capitais humanos e também como a mobilidade de seus serviços, sua força de trabalho. Então, a mobilidade dos homens é também a mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (GAUDEMAR, 1977). A submissão da mobilidade às exigências do capital se dá através da utilização das forças de trabalho no processo de produção. Para Gaudemar:

Ela deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade de trabalho, são as suas palavras-chaves. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior. (GAUDEMAR, 1977, p.194)

Portanto, "a mobilidade do trabalho é a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção requeridos a máxima produção de valor" (PÓVOA, 1997). Além de ser um deslocamento espacial, a mobilidade do trabalho é uma das principais ferramentas de estratégia do desenvolvimento capitalista. Pois, a força de trabalho "é uma mercadoria, mas a condições que governam sua mobilidade são muito especiais. É a única mercadoria que pode levar a si mesma para o mercado sem ajuda de ninguém. Por isso o termo "mobilidade do trabalho" (HARVEY, 2013).

Segundo as entrevistas coletadas em campo, notamos que a trajetória histórica de vida dos trabalhadores se deu em diversas esferas produtivas. A partir da pergunta "Você já trabalhou em algum outro tipo de emprego", obtivemos as seguintes respostas:

- J4:
"Já trabalhei já...já trabalhei em roça. Vish! Nem é bom nem fala ... (risadas). Em roça, servente, de tudo que se pensa. É roça, fazenda, fazeno piscina, fazendo piscina pá fazenda, já."
- R3 afirma que:
"Já, em granja...essas coisa assim, que não é firma mais...particular assim...patrão, só que não era fichado. Usina, trabaiei 5 ano, tendeu...essas coisa assim...".
- S7:
"Ah...já. Já trabalhei de repositor pra coca-cola, trabalhei de carga e descarga. Já tirei grama, já colhi algodão. Tudo qualquer coisa já que se imagina já fiz de tudo um pouco já".
- De acordo com H9:
"já, vish...demais. Tudo qualquer tipo de trampo de roça, colher algodão, cortei cana, ranquei feijão, trabaiei em diária por dia, já fiz varias fita."

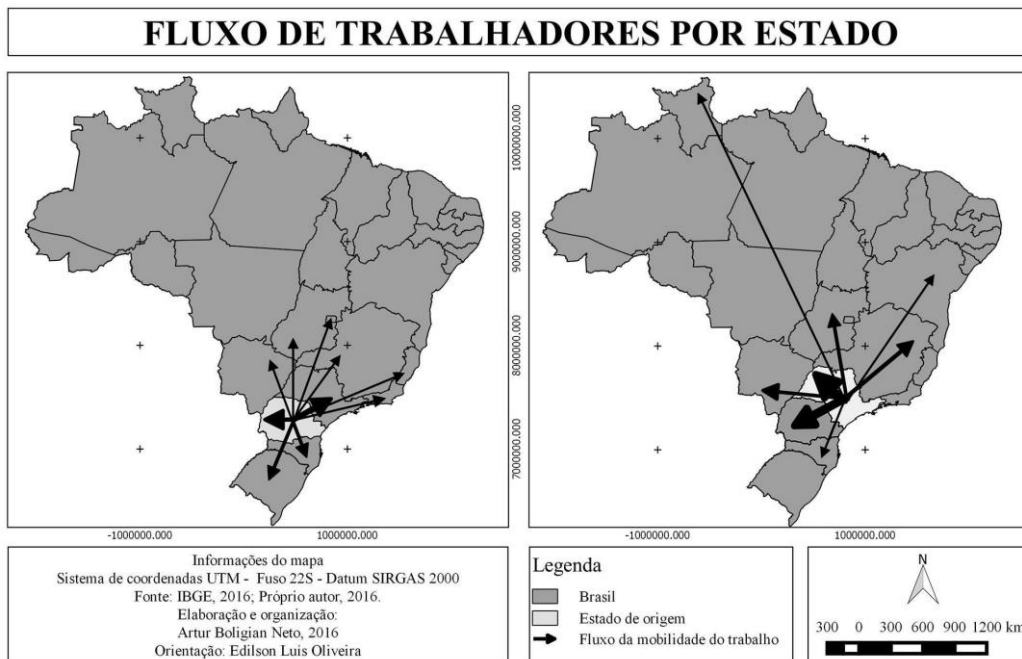
Essa mudança de esferas produtivas e de serviços dos trabalhadores é uma das características que compõe a mobilidade do trabalho. Esta circulação das forças de trabalho é "o momento da submissão da mobilidade do trabalhador as exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das suas crises periódicas, se desloca de uma esfera de actividade para outra (GAUDEMAR, 1977)". E é através da submissão ao capital que o trabalhador se torna indiferente do deslocamento que faz entre um ramo da produção e outro, sendo indiferente ao próprio trabalho que realiza.

Podemos notar que estas forças de trabalho se deslocam no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. As diferentes esferas produtivas apresentadas por eles nas entrevistas se situam em lugares diferentes, cada uma com sua especificidade de se alocar no espaço. Como podemos observar no mapa que representa os fluxos que estes trabalhadores já percorreram na atividade da construção civil nos diferentes estados do país (figura 2), indica que "existe uma característica adquirida da força de trabalho -, que faculta não apenas seu movimento, mas também a localização e realocação espacial do capital, nas diversas esferas produção (SALIM, 1992)".

No mapa com os fluxos dos trabalhadores dos estados do Paraná e de São Paulo (figura 2), podemos observar maior intensidade nos estados de São Paulo e do Paraná, logo em seguida Santa Catarina e Minas Gerais. A atividade do "trecho" do setor da construção civil, de acordo com as amostras das entrevistas, mobiliza mais realocação espacial do capital, portanto, maior mobilidade do trabalho nestes estados.

A mobilidade do trabalho implica também no modo como os trabalhadores se reproduzem no espaço. O ato de deslocar-se espacialmente em diferentes cidades de diferentes estados em busca de melhores condições para sua sobrevivência, é algo que motiva esse movimento, mas muitas vezes, essa melhor condição de se reproduzir condiz diretamente com melhores condições salariais e materiais.

Figura 2 – Mapa do fluxo da mobilidade do trabalho dos entrevistados



Quando perguntado se “você se sente satisfeito com o seu trabalho? ”, as respostas foram as seguintes:

- I8:

“Ah...sim, sim. Tô feliz, não tem que reclamar não. Consigo pagar minhas contas em dias, consigo ajudar a minha filha, tenho meu carrinho já praticamente quitado, então não tenho que reclamar, ta bom. Da pra levar, dá pra ir, levando uma vida ai mais ou menos, ai.”

- R6 :

“Eu gosto do meu salário! (risadas). Eu ganho bem prá porra! Comparando de onde eu vim eu ganho bem pra caramba. Lá onde que eu trabalho não tem nada. Já tenho casa, duas casa, tenho carro, se eu quisé compra um carro ou uma moto eu tenho. Tô de boa.”

- W1:

“É razoável, dá pra levar a vida sossegado né. É...porque...como eu trabaio só com acabamento, assim...o meu salário é um pouco mais alto né, dá para sobreviver legal, né. Tenho minha casa boa, tenho meu carro novo, até dois carro. Então dá pra sossega.”

- H9:

“Ah, tipo assim, ganhava uma renda mensal, por mês, que eu ganhava, na diária, que eu ganhava, antes de fecha aqui, era mil e duzentos reais. Mil duzentos reais você pagava seu aluguel, pagava sua água e luz e mantia ali, pro se cume, pro se bebe e durmi, e uma pensãozinha básica.”



Notamos então que a motivação salarial que possibilita algum tipo de consumo material e sua reprodução mínima das condições de existência é um dos fatores que predominam no discurso dos operários. Essa motivação salarial é um dos principais fatores que os fazem se deslocar espacialmente em busca de um novo local em que sua força de trabalho possa ser consumida no processo de produção da construção civil em melhores condições.

Os trabalhadores (por portarem essa sua particular mercadoria, distinta das outras restantes no mercado) são extremamente importantes no processo de acumulação de capital através do processo de produção do espaço no setor da construção civil, e se realiza claramente na construção dos edifícios que compõe a Gleba Palhano em Londrina. Isso é representado através do mapa que contém o fluxograma dos deslocamentos da força de trabalho de apenas o microcosmo de sete trabalhadores que atualmente estão empregados nas obras realizadas nesse bairro e dois que foram demitidos⁶ no dia da entrevista.

Harvey nos aponta que os trabalhadores são mais que meros objetos para o capital:

A mobilidade geográfica tem um significado muito diferente para eles. Ela representa a possibilidade de escapar da tirania e da opressão, incluindo aquelas impostas aos trabalhadores pelo capital. Representa a esperança e luta por uma vida melhor, mesmo que essa luta favoreça o capital quando os trabalhadores reagem aos incentivos materiais que ele oferece (salários mais elevados e melhores condições de trabalho). Há nisso uma certa ironia. O capital em geral se vale dessa busca eterna dos trabalhadores por uma vida melhor – definida em termos materiais e monetários – como um meio para organizar a mobilidade do trabalho segundo as suas exigências e disciplinar os capitalistas individuais segundo as exigências da classe. A mobilidade geográfica “livre” dos trabalhadores ajuda a equilibrar, por exemplo, a taxa salarial para aquele valor médio da força de trabalho que mantém a acumulação em equilíbrio (...). (HARVEY, 2013, p. 490)

Como Harvey apresenta, a busca incessante do trabalhador por melhores condições de trabalho, é uma luta cotidiana por melhorias das condições de sobrevivência. Eles necessitam se submeterem a lógica de mobilidade geográfica do trabalho subserviente

⁶ R3: "Uh di ruim, é que nós foi mandado embora agora, não sei que motivo que foi, porque disse que ta fraco, que ta enfraquecendo praticamente a verba deles, é isso que eles fala, sei la...só que tipo, eu não queria sai agora, mas se eles mandaram, eu posso faze o que? né, então parte pra outra, né."



ao capital para poderem se reproduzirem e novamente venderem sua força de trabalho para um determinado tipo de produção capitalista.

Portanto, destacamos que o capital (no caso da construção civil) em seu processo de acumulação absorve a força de trabalho para produzir mais valor através da produção do espaço e determina os deslocamentos setoriais e espaciais identificados nas falas dos trabalhadores empregados na Gleba Palhano. Ou seja, esse “consumo produtivo” da força de trabalho implica dois fatores espaciais: a produção do espaço como ação localizada, neste caso o próprio bairro Gleba Palhano em Londrina e, como essa atividade necessita da mobilidade geográfica do trabalho (figura 2) para que a acumulação de capital seja realizada através do ambiente construído. Esse processo requer da parte dos trabalhadores seu duplo deslocamento: da cidade onde tem sua vida e suas famílias (morar) para o local onde trabalham (Londrina) e ao longo de suas vidas o deslocamento entre diferentes setores e ramos de produção até chegar ao subsetor de edificação de edifícios verticais, no qual hoje estão empregados, mas em que em função das crises periódicas do ciclo de acumulação desse capital particular, poderão ter que sair prosseguindo sua busca por adaptar-se as condições em que realizam suas aparentes liberdades.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Iná Elias de Castro; Paulo César da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. , p. 319-367.

GAUDEMAR, J.P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEVBRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil: novos desafios para a análise. Experimental, São Paulo, v. 1, n.2, p. 11-24, 1997.



SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília, v. 3, p. 117-141, 1992.